

O que tem de ser tem muita força... deôntica Contributos para a caracterização do verbo modal *ter de*¹

José António Costa
joseacosta@ese.ipp.pt

*Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto
Centro de Linguística da Universidade do Porto (Portugal)*

ABSTRACT.

In this paper, we will aim at contributing to the linguistic characterization of the verb *ter de* [*have to*], pointing out some particularities that individualize it among the modal semi-auxiliaries of Portuguese. We will gather information from morphology, syntax, semantics and textual and discourse linguistics, also observed in examples collected from the CETEMPúblico corpus. The semi-auxiliary *ter de*, like *dever* [*must*], appears in the domain of necessity. Although the deontic reading prevails in several contexts, it is possible to find utterances of epistemic nature, external to the participant and even internal to the participant, following the typological classification proposed by van der Auwera and Plungian (1998). Its modal strength results from a maximum restriction of possible worlds (Kratzer 1981; 2012), being situated in the positive pole (*certain/obligatory*) of the modal verbs scale, which, in Portuguese, contemplates two other verbs, *poder* [*can*] and *dever* (Oliveira 1988). However, the prototypical strong obligation reading associated with *ter de* is only available in controllable by the subject situations and, even in these cases, the principle of politeness and the hedging effect can convert utterances with this semi-auxiliary into suggestions or recommendations, particularly in injunctive acts of a non-impositive nature and in certain expressive acts. From a syntactic point of view, and following a proposal outlined by Óscar Lopes (2005), we tried to evaluate the effects of the combination of *ter de* with different syntactic types of verbs, namely unaccusative verbs and unergative verbs. Besides the aspects mentioned above, it was necessary to consider criteria such as the aspectual class of the verb, the nature (impositional or not) of the discourse acts, and the intentionality and status of the interlocutors. As a rule, and taking into account the analysis of utterances from CETEMPúblico, unaccusative verbs combine with aspectual classes that predict an achievement and, in the face of the modal semiauxiliary *ter de*, they may activate readings that focus on needs determined by external or internal circumstances of the participant. Regarding unergative verbs, we see that the atelic verbs are present in predicates that configure processes and activate the reading of modality external to the participant, while the potentially telic verbs are articulated with accomplishments and may also assume a modal reading external to the participant. Careful observation of other examples may, however, open the way to new modal readings.

¹ Este trabalho é financiado pelo Centro de Linguística da Universidade do Porto, ao abrigo do Programa de Financiamento FCT-UIDB/00022/2020 (Fundação para a Ciência e a Tecnologia).

KEYWORDS.

Linguistic modality; portuguese modal verb *ter de*; unaccusative and unergative verbs; verb's aspectual classes.

RESUMO.

Neste texto, procuramos trazer alguns contributos para a caracterização linguística do verbo *ter de/ter que*, assinalando particularidades que o individualizam no quadro dos semiauxiliares modais do português. Reunimos informações oriundas da morfologia, da sintaxe, da semântica e da linguística textual e discursiva, observadas, igualmente, em exemplos recolhidos no *corpus* CETEMPúblico. O semiauxiliar *ter de*, tal como *dever*, surge no domínio da necessidade. Embora a leitura deôntica prevaleça em vários contextos, é possível encontrar enunciados de natureza epistémica, externa ao participante e, até, interna ao participante, seguindo a classificação tipológica proposta por van der Auwera e Plungian (1998). A sua força modal resulta de uma restrição máxima de mundos possíveis (Kratzer 1981; 2012), situando-se no polo positivo (*certo/obrigatório*) da escala dos verbos modais, que, em português, contempla dois outros verbos, *poder* e *dever* (Oliveira 1988). Contudo, a leitura de obrigação forte prototípica associada a *ter de* está presente apenas em situações controláveis pelo sujeito e, mesmo nesses casos, o princípio da cortesia e o efeito de atenuação podem converter enunciados com este semiauxiliar em sugestões ou recomendações, particularmente em atos injuntivos de natureza não impositiva e em certos atos expressivos. Do ponto de vista sintático, e seguindo uma proposta esboçada por Óscar Lopes (2005), procurámos avaliar os efeitos da combinação de *ter de* com diferentes tipos sintáticos de verbos, designadamente verbos inacusativos e verbos inergativos. Além de aspetos atrás enunciados, tornou-se necessário considerar critérios como a classe aspetual do verbo, a natureza (impositiva ou não) dos atos discursivos e a intencionalidade e o estatuto dos interlocutores. Por norma, e tendo em consideração a análise de enunciados presentes no CETEMPúblico, os verbos inacusativos combinam com classes aspetuais que preveem uma culminação e, perante o semiauxiliar modal *ter de*, ativam leituras que focam necessidades determinadas por circunstâncias externas ou internas ao participante. Relativamente aos verbos inergativos, verificamos que os atélicos estão presentes em predicados que configuram processos e ativam a leitura de modalidade externa ao participante, enquanto os potencialmente télicos se articulam com processos culmináveis e podem assumir uma leitura modal igualmente externa ao participante. A observação cuidada de outros exemplos poderá, contudo, abrir caminho a novas leituras modais.

PALAVRAS-CHAVE.

Modalidade linguística; verbo modal *ter de*; verbos inacusativos e inergativos; classes aspetuais dos verbos.

O funcionamento linguístico de *ter de/ter que* é habitualmente associado ao do verbo *dever*, sendo ambos marcadores modais situados no domínio da necessidade e com maior intensidade modal quando comparados com *poder*. Embora efetiva, essa aproximação é *bloqueada* em certos cenários

em que os dois semiauxiliares se distinguem e ativam leituras diversas. Assim, procuraremos assinalar algumas das particularidades que individualizam o verbo *ter de* no quadro dos semiauxiliares modais do português, tendo a consciência, com Óscar Lopes (2005 [1983]), de que “seria extraordinário que certas regularidades ou sub-rotinas fundamentais se não inscrevessem na própria morfologia, quero dizer, no conjunto básico de paradigmas do discurso linguístico” (Lopes 2005: 16). Além da morfologia, reuniremos contributos oriundos da sintaxe, da semântica e da linguística textual e discursiva, observados, igualmente, em exemplos recolhidos no corpus CETEMPúblico. Conquanto esses contributos percorram diferentes áreas, prestaremos maior atenção à combinação de *ter de* com diferentes tipos sintáticos, em particular com verbos inacusativos e inergativos, porque também aí se encontram algumas das singularidades do modal em análise, “aparentes ambiguidades modais” (Lopes 2005: 32) que resultam em leituras deônticas ou disposicionais.

1. Aspetos semânticos, pragmáticos e morfológicos

A modalidade assume-se como uma categoria linguística através da qual os locutores veiculam a sua perspetiva sobre o conteúdo dos enunciados que produzem ou a sua atitude face a outros locutores. Pode ser expressa através de várias classes de palavras (nomes, verbos e adjetivos), de afixos, de tempos e modos verbais, de certas estruturas predicativas (como é *provável que...*) e até da entoação, surgindo em atos expressivos (crenças e convicções, opiniões) e em atos injuntivos (ordem, pedido, sugestão, permissão, proibição) específicos. Neste texto, estaremos atentos a uma destas estruturas, os verbos semiauxiliares modais², em particular *ter de/ter que*.

Na caracterização linguística deste verbo, seguimos a proposta tipológica de van der Auwera e Plungian (1998), autores para quem as leituras modais resultam da combinação de dois domínios – a possibilidade e a necessidade – com quatro tipos de modalidade: interna ao participante, externa ao participante, deôntica e epistémica, tal como expresso na tabela 1.

² Para uma caracterização dos verbos modais como semiauxiliares, ver, por exemplo, Gonçalves (2002).

TABELA 1 – Tipos modais (van der Auwera & Plungian 1998)

Tipos de modalidade	Possibilidade	Necessidade
Modalidade externa ao participante	condições possíveis	condições necessárias
Modalidade interna ao participante	capacidade	necessidade (interna)
Modalidade epistémica	possível	provável
Modalidade deôntica	permitido/ proibido	obrigatório

A essas informações, juntam-se, ainda, “the lexical properties of individual modals, the syntactic structures they appear in, and the discourse context” (Kratzer 2012: 68), convocando diferentes fatores linguísticos para tornar a avaliação modal mais rigorosa. Tendo em consideração que, na secção 2, faremos referência a uma proposta de Óscar Lopes sobre a relação entre *ter de* e diferentes tipos sintáticos de verbos, referiremos, igualmente, neste texto, a modalidade disposicional, seguindo a terminologia do autor (Lopes 2005). Situa-se no âmbito da modalidade circunstancial (Kratzer 1981), que exprime as circunstâncias internas ou externas que tornam possível ou necessária uma situação, aproximando-se das modalidades interna e externa ao participante de van der Auwera e Plungian (1998).

Ainda antes de situarmos o verbo em análise no espectro modal, importa lembrar que ocorre em várias construções como *ter de* ou *ter que*. Esta particularidade morfológica, habitualmente associada a questões de registo, sendo mais formal a primeira ocorrência, permite evidenciar “o comportamento sintático opaco de *que* e *de* e também o significado composicional modal não derivado de suas partes” (Resende 2021: 253). Deste modo, estaremos perante uma estrutura idiomática *verbo + partícula*, eventualmente na linha dos *phrasal verbs* típicos da língua inglesa (Resende 2021), cuja interpretação não resulta da mera soma das partes constitutivas. Uma maior prevalência de *ter que* sobre *ter de* foi assinalada, no português do Rio de Janeiro, por Barros e Paiva (2014), conjecturando os autores que tal poderá dever-se à afinidade formal entre estes verbos e estruturas modais como *ser provável que* ou *parecer que*, apesar de a natureza morfológica dos dois *que* ser diversa.

TABELA 2 – Os verbos modais do Português (com base em Oliveira 2000 e 2003)

Domínios Modalidades	Possibilidade		Necessidade	
	verbos	Exemplos	verbos	Exemplos
Interna ao participante (capacidade e necessidade)	poder ser capaz de	Ele pode/é capaz de/foi capaz de correr sem parar.	precisar necessitar ter de	Ele precisa de ir ao médico.
Epistémica (in)certeza/probabilidade		Ele é capaz de/pode/foi capaz de/?era capaz de ter razão. Ele pode até nem vir.		Ele deve/tem de ter chegado há minutos.
Externa ao participante (circunstâncias externas que tornam a situação possível/necessária)	poder	Ele pode vir de metro para a Faculdade.	dever ter de	Ele deve/tem de vir de metro para a Faculdade.
Deôntica (circunstâncias externas, pessoais ou sociais, que permitem/obrigam)		Podes sair já.		Deves sair já!

O semiauxiliar *ter de*, tal como *dever*, surge no domínio da necessidade. Embora a leitura deôntica prevaleça em vários contextos, como adiante veremos, é possível encontrar enunciados de natureza epistémica, externa ao participante e, até, interna ao participante (Tabela 2), correspondendo, aqui, a uma necessidade interna também expressa através do verbo *precisar*. A sua força modal resulta de uma restrição máxima de mundos possíveis (Kratzer 1981; 2012), situando-se no polo positivo (*certo/obrigatório*) da escala dos verbos modais, que, em português, contempla dois outros verbos, *poder* e *dever* (Oliveira 1988).

Encontramos aqui uma primeira amostra de afastamento face a *dever*, cuja restrição sobre mundos possíveis não é tão impositiva. Mesmo sem outras informações contextuais, é viável, a partir da avaliação dos exemplos contidos na Tabela 2, identificar diferenças entre (1) e (2):

- (1) *Ele deve ter chegado há minutos.*
- (2) *Ele tem de ter chegado há minutos.*

O segundo enunciado corresponde a um maior grau de crença por parte do locutor na verdade do que é assertido. O mesmo se verifica na interpretação de enunciados situados no âmbito da modalidade externa ao participante e da modalidade deôntica. Atente-se nos exemplos (3) a (6):

- (3) *Ele deve vir de metro para a Faculdade.*
 (4) *Ele tem de vir de metro para a Faculdade.*
 (5) *Deves vir já.*
 (6) *Tens de vir já.*

Os enunciados (4) e (6), construídos com formas do verbo *ter de*, apresentam maior intensidade modal quando comparados com (3) e (5), o que corresponde a um maior ou menor grau de necessidade no primeiro par e a uma obrigação forte em (6) e fraca em (5)³.

A identificação dos subtipos modais torna-se mais complexa quando se juntam certas informações semânticas, designadamente quando os semiauxiliares modais se combinam com alguns valores aspetuais (perfeito e progressivo) e com diferentes classes aspetuais (Tabela 3). Essa combinação determina leituras preferenciais de que agora nos vamos ocupar, evidenciando as afinidades entre *dever* e *ter de*, mas também singularidades deste último verbo, em parte dependentes de um outro critério relevante: a possibilidade de controlo da situação pelo destinatário, tanto em situações eventivas, quanto em situações estativas (Campos 1998; Johnen 2010).

TABELA 3 – Leituras modais e valores aspetuais (com base em Oliveira & Mendes 2013)

Informação aspetual do complemento		Condições		Leitura modal		
				Poder	Dever	Ter de
Aspeto perfeito (com infinitivo composto)		Predicados controláveis	Pres./Fut.	E	E/D	E/D
			Imp./Cond.	contraf.	D	D/EP
		Predicados não controláveis	E	E	E	
Aspeto progressivo (com auxiliar progressivo)		Predicados controláveis		E/D	E/D	D/E/EP
		Predicados não controláveis		E	E	E
		Exemplos				
Classe aspetual do verbo	Processo culminado	<i>ler o livro até amanhã</i>		D/ E/IP/EP	D/E	D/E
	Processo	<i>agente correr os 100m</i>			D/E	D/E
	Culminação	<i>ganhar a prova/fechar a porta</i>		E/D	D/E	
	Processo	<i>não agente nevar</i>		E	E	EP
	Estado estável	<i>ser alto</i>		E	E/EP	E/EP
	Estado episódico	<i>estar atento</i>		D/E	D/E	D/E
	Estado faseável	<i>viver no Porto</i>		D/E	D/E	D/E

Leituras: E – epistémica; D – deôntica; EP – externa ao participante; IP – interna ao participante.

³ No contexto jurídico, o verbo *dever* assume a mesma força modal (obrigação forte) que *ter de* em outros contextos. Nos textos legais, não é habitual ocorrer *ter de*, mas *dever*, constatação que permite argumentar a favor da ideia de que as Tradições Discursivas em que os textos se inscrevem criam práticas linguísticas particulares (Costa 2016).

Começemos pela presença de *ter de* em construções perfeitivas, com o infinitivo composto, e progressivas. Em predicados não controláveis pelo sujeito, apenas a leitura epistémica é possível, uma vez que se torna impossível impor ao sujeito algo que ele não pode autonomamente decidir fazer ou não, como se constata em (7) e (8):

- (7) O cliente tem de ter sido atendido.
- (8) O cliente tem de estar a ser atendido.

Em ambos os enunciados, a única leitura possível reporta-se à crença do locutor na verdade do estado de coisas expresso na oração encaixada. Apenas a explicitação de um alvo deôntico, associada a nova informação contextual e à construção na voz ativa, tornaria viável uma leitura de obrigação forte, presente em (9):

- (9) O funcionário tem de estar a atender o cliente por muito que lhe apetecesse ir embora.

As estruturas com controlo do sujeito desencadeiam preferencialmente interpretações deônticas, embora com certas *nuances*, analisáveis nos exemplos (10) a (13):

- (10) O funcionário tem de estar a trabalhar a esta hora.
- (11) O funcionário deve estar a trabalhar a esta hora.
- (12) O funcionário tem de ter concluído a tarefa.
- (13) a. O funcionário tinha de ter concluído a tarefa.
b. O funcionário devia ter concluído a tarefa.

No enunciado (10), a leitura deôntica é preferencial, embora a leitura epistémica ou mesmo a leitura externa ao participante também estejam disponíveis. A menor intensidade modal de *dever* permite admitir a interpretação epistémica como preferencial em (11), mesmo que a deôntica seja igualmente admissível. Numa estrutura com infinitivo composto, o tempo verbal do semiauxiliar desempenha também um papel crucial na avaliação dos enunciados, como se verifica em (12) e (13). O imperfeito (ou

o condicional) ativa uma leitura de contrafactualidade que coloca a tónica no incumprimento da tarefa, tornando preferencial a interpretação deôntica. O presente (ou o futuro) não apresenta o mesmo *peso*, razão pela qual se apresentam como quase equiprováveis as leituras epistémica e deôntica. Curiosamente, o contraste entre (13a) e (13b) coloca em evidência uma maior força deôntica no enunciado com *dever*, aparentemente a única leitura possível, porquanto, neste cenário, *ter de* também pode sugerir uma leitura externa ao participante, parafraseável por *O funcionário tinha todas as condições para concluir a tarefa, mas, ainda assim, não o fez*.

No que diz respeito à combinação com diferentes classes aspetuais de verbos (exemplos presentes na Tabela 3), *ter de* ativa preferencialmente uma interpretação deôntica perante processos culminados, culminações e processos envolvendo agentividade, bem como perante estados episódicos ou faseáveis, embora a leitura epistémica também seja possível. Neste particular, o funcionamento de *dever* é bastante semelhante, se excetuarmos o que sucede com culminações:

- (14) a. Ele tem de ganhar a prova.
b. Ele deve ganhar a prova.

A comparação entre os dois exemplos acima parece sugerir maior obrigatoriedade em (14a) e probabilidade forte em (14b), precisamente porque a força modal de *ter de* é superior. A leitura pode complexificar-se se recuperarmos um outro critério: o controlo da situação pelo sujeito. *Ganhar a prova* é algo menos controlável do que, por exemplo, *fechar a porta*. Logo, o valor deôntico estrito apenas será aplicável ao segundo caso, porquanto é impossível obrigar alguém a fazer algo que não depende exclusivamente de si. Assim, (14a) é um exemplo da afinidade que caracteriza as modalidades externa ao participante e deôntica, constituindo esta, na perspetiva de alguns autores (por exemplo, van der Auwera e Plungian 1998), um subtipo daquela, na medida em que ambas convocam circunstâncias externas que possibilitam ou determinam um estado de coisas, distinguindo-se, apenas, pelo tipo de circunstâncias que, na modalidade deôntica, são de natureza legal, moral ou ética.

No caso dos estados estáveis e dos processos não agentivos, a leitura

preferencial de *ter de* é epistémica, estando em causa a convicção do locutor, ou externa ao participante, se se evidenciarem as circunstâncias externas que tornam algo necessário, como sucede em (15):

(15) Tens de ser alto para entrares na equipa de basquetebol.

A partir dos exemplos até agora analisados, é possível constatar que a presença de mais informações contextuais tornaria mais precisas algumas das leituras apresentadas. Por norma, a distinção entre valores não epistémicos depende de particularidades semânticas, mas também pragmáticas (Johnen 2010). Por isso, “considerar, simplesmente, o contexto lingüístico, por mais amplo que ele seja, implica minimizar, ou mesmo descartar, as relações intersubjetivas, em particular a modulação das funções ilocutórias, bastante visível em construções com verbos modais” (Neves 2000: 124).

TABELA 4 – Leituras modais pragmática e semanticamente determinadas (fonte: Costa 2016)

Tipos		Eixos		Possibilidade (<i>poder</i>)		Necessidade (<i>dever/ter de</i>)	
				paráfrases	valores	paráfrases	valores
Epistémica				<i>É possível que... Não está excluído que...</i>	não exclusão	<i>É provável / quase certo que...</i>	suputação predição
Interna ao Participante				<i>Tem a capacidade...</i>	capacidade	<i>É preciso...</i>	necessidade interna
Externa ao Participante				<i>Há condições para...</i>	possibilidade não epistémica	<i>Está previsto que... As condições conduzem a que...</i>	previsão
Deôntica	CD	I	NI	<i>É proibido...</i>	proibição	<i>É obrigatório...</i>	ordem instrução
				<i>É permitido...</i>	permissão	<i>É aconselhável...</i>	convite sugestão pedido
	NCD					<i>É desejável...</i>	desejo exortação

Valores deônticos pragmaticamente condicionados: I – impositivos; NI – não impositivos; CD – controláveis pelo destinatário; NCD – não controláveis pelo destinatário

No domínio acional, quando um locutor utiliza *dever* ou *ter de*, não se limita a apontar alternativas, mas procura direcionar a escolha do interlocutor: usando *dever*, destaca uma de poucas possibilidades acionais, enquanto, com *ter de*, exclui qualquer outra. A Tabela 4 sistematiza, para cada tipo modal básico, diferentes valores semântico-pragmaticamente construídos, equacionando, além do controlo pelo sujeito acima mencionado, fatores

como a quantidade de informação considerada relevante pelo locutor, os aspetos concetuais que ele valoriza, a relação social entre os interlocutores e a avaliação que o locutor faz sobre o conhecimento que o seu interlocutor tem do contexto.

A leitura de obrigação forte prototípica associada a *ter de* está presente apenas em situações controláveis pelo sujeito e, mesmo assim, há vários casos em que a suposta ordem se apresenta como uma sugestão. Este efeito de atenuação ocorre em atos injuntivos de natureza não impositiva (Duarte, 2006), como se verifica em convites (16) e pedidos (17):

- (16) Tens mesmo de vir à minha festa de anos.
- (17) Tens de me ajudar a arrumar a casa.

Este efeito de atenuação pode ser, igualmente, obtido em enunciados modalizados pelo princípio da delicadeza, que evidencia afinidades com a modalidade (Carreira 2001). Repare-se em (18):

- (18) Tens de provar este bolo.

O que poderia constituir uma imposição apresenta-se como uma recomendação. Nesta medida, a cortesia inverte, tal como a negação⁴ (Oliveira & Mendes 2013), a escalaridade modal, transformando uma obrigação forte numa sugestão, tal como Lakoff (1972) sinalizou para o inglês: se, habitualmente, *ter de* impõe ao alvo deôntico a obrigação de fazer algo que não lhe agrada, neste caso, o que lhe é proposto pelo locutor é algo que lhe dará prazer.

Apresentámos, assim, uma caracterização de *ter de* a partir de argumentos morfológicos, semânticos e pragmáticos, evidenciando que o contexto linguístico não é suficiente para que esse cenário fique completo. Tal constatação decorre do facto de os enunciados modais ocorrerem no âmbito das mais diversas formações sociodiscursivas, designadamente em vários subgéneros do discurso jornalístico; no discurso científico e académico

⁴ Os semiauxiliares modais do português permitem ilustrar este efeito da negação: em enunciados afirmativos, o aumento da intensidade modal verifica-se de *poder* (*poder fazer*) para *ter de* (*ter de fazer*), mas, em enunciados sob o escopo da negação, *ter de* apresenta menor força modal (*não ter de fazer*), enquanto *poder* evidencia maior intensidade (*não poder fazer*).

(Pinto, Osório e Martins, 2014); no discurso médico (Vihla 1999); e no discurso pedagógico, tanto no regulador, como no instrucional. Na secção seguinte, sem perder de vista estas informações, dedicaremos maior atenção a critérios sintáticos relevantes na caracterização de enunciados modais.

2. A combinação de *ter de* com diferentes tipos sintáticos de verbos

A análise da combinação entre *ter de* e diferentes tipos sintáticos de verbos pressupõe, na sequência do que acabámos de assinalar, considerar a possibilidade de controlo da situação pelo sujeito, mas também a intencionalidade e o estatuto do locutor, que configuram diferentes atos discursivos. Avaliaremos, nesta secção, as possíveis leituras deste semiauxiliar modal em enunciados com verbos inergativos e inacusativos, aprofundando uma proposta esboçada por Óscar Lopes ainda nos anos de 1980 (Lopes 2005 [1983]).

Nesse sentido, enunciaremos, brevemente, os principais traços que definem estes dois tipos sintáticos de verbos e os vários subtipos possíveis para, num segundo momento, analisarmos a sua ocorrência numa amostra de 200 enunciados com o modal *ter de* presentes no *corpus* CETEMPúblico.

2.1. Propriedades dos verbos inacusativos e dos verbos inergativos

Os verbos inacusativos e os verbos inergativos seleccionam um só argumento e não são uniformes, apesar de a tradição gramatical os designar genericamente como *intransitivos*. A bibliografia extensa sobre este tema aponta características que permitem definir cada um destes tipos sintáticos, mas também alguns aspetos menos inequívocos ou que podem situá-los em zonas de fronteira, como veremos na subsecção 2.3., quando analisarmos ocorrências presentes no CETEMPúblico. O nosso objetivo não é aprofundar os debates em torno destes verbos, mas apenas apresentar propriedades que contribuirão, seguidamente, para avaliar o modo como se combinam com o semiauxiliar modal *ter de*.

Para evidenciarmos as propriedades típicas dos **verbos inacusativos**, socorremo-nos das propostas fundadoras de Perlmutter (1978) e de Levin

e Rappaport Hovav (1995), bem como de releituras posteriores, com produtiva aplicação ao Português Europeu, de Brito (2005) e Duarte (2003), e ao Português do Brasil, de Ciríaco e Cançado (2004). Enunciamos, esquematicamente, esses traços, nem sempre verificáveis na totalidade dos verbos desta categoria:

- selecionam um argumento interno com a função sintática de sujeito, que, tratando-se, na estrutura profunda, de um objeto, admite a posposição à forma verbal (*Desapareceu o João*);
- assumem papel temático de paciente, experienciador ou tema;
- correspondem a culminações, aceitando uma localização temporal exata (*O João desapareceu às 12h50*);
- admitem orações de particípio absoluto (*Desaparecido o João, começaram as buscas imediatamente*), na medida em que, embora, na estrutura de superfície, se encontre um sujeito, na estrutura profunda estamos perante um objeto (argumento interno do verbo) e só os objetos admitem esta construção oracional;
- podem modificar, como adjetivo derivado do particípio, o nome do argumento interno (*O indivíduo desaparecido foi encontrado sem vida*).

Os verbos inacusativos podem distribuir-se por quatro subcategorias ou subtipos:

- aparecimento, desaparecimento ou existência (*aparecer, nascer, existir*);
- movimento (*entrar, sair, descer*);
- mudança de estado por causa externa (*abrir, derreter, afundar*);
- mudança de estado por causa interna (*explodir, empalidecer, florir*).

Adiante, analisaremos estes subtipos com mais pormenor, considerando critérios sintáticos e pragmáticos que contribuem para a sua interpretação em enunciados modais. Alguns destes verbos admitem uma alternância causativa, com uma estrutura inacusativa (19a e 20a) e outra transitiva (19b e 20b) que explicita a causa da situação expressa:

- (19) a. O João deitou-se.
b. O João deitou o bebé.
- (20) a. O chocolate derreteu.
b. O calor derreteu o chocolate.

Para a caracterização dos **verbos inergativos**, socorremo-nos de propostas elaboradas por Ciríaco e Cañado (2004); Leal e Oliveira (2008); e Gonçalves e Raposo (2013). As autoras brasileiras apontam, inclusive, várias situações em que os verbos em causa não seguem todas as propriedades típicas da classe, admitindo, por isso, a existência de inergativos (e também de inacusativos) mais ou menos prototípicos (Ciríaco & Cañado 2004). Alguns verbos surgem ora numa categoria, ora noutra. É, todavia, possível apresentar traços mais comuns nos verbos inergativos, fixando, ao mesmo tempo, um contraste com os inacusativos:

- selecionam um argumento externo com a função sintática de sujeito (*O João caminha diariamente*);
- assumem papel temático de agente, causa ou fonte, o que permite compreender que muitos destes verbos admitam uma nominalização com o sufixo derivacional *-dor* (*corredor, conversador, pensador*);
- correspondem a processos, aceitando a localização temporal *durante x tempo* (*O João caminha diariamente durante uma hora*);
- não admitem orações de participio absoluto, precisamente porque o sujeito o é também na estrutura profunda, não permitindo este tipo de construções (**Caminhado o João...*).

Tal como os inacusativos, também os verbos inergativos podem distribuir-se por subcategorias ou subtipos, tendo em consideração se contemplam ou não uma finalidade (Leal & Oliveira 2008):

- os inergativos atélicos configuram processos sem telecidade (*vaguear, conversar, passear*);
- os inergativos potencialmente télicos configuram processos culmináveis, cuja culminação é definida na composição aspetual (*caminhar, nadar, correr, pensar, assobiar*); neste caso, a construção inergativa corresponde a um

processo, que pode ganhar culminação numa construção transitiva, como em *nadar os 200 metros, correr a maratona, assobiar uma canção*.

Alguns destes verbos admitem uma **alternância causativa**, com uma estrutura inacusativa e outra transitiva, como se verifica no contraste entre (21a) e (21b):

- (21) a. O João passeou-se.
b. O João passeou o bebé.

2.2. A combinação de *ter de* com inacusativos e inergativos – leituras possíveis

Caracterizados os tipos sintáticos de verbos com os quais estaremos a trabalhar, veremos, agora, quais as leituras preferenciais que a combinação com *ter de* permite ativar. Para cumprir este propósito, importa relembrar que este semiauxiliar modal opera uma restrição máxima de mundos possíveis e que outros critérios são relevantes para as interpretações construídas, em particular, como vimos acima, a possibilidade de controlo da situação pelo sujeito; a classe aspetual do verbo; o efeito de atenuação; a natureza (impositiva ou não) dos atos discursivos; e a intencionalidade e o estatuto dos interlocutores.

No artigo a que aludimos, Óscar Lopes (2005) sugere leituras preferenciais para a combinação de *ter de* com diferentes tipos sintáticos. Com verbos inergativos, a interpretação preferencial é deôntica, sendo mais impositiva (ou *autoritária*, para utilizar as palavras do próprio autor) em enunciados com as segunda e terceira pessoas e não impositiva com a primeira pessoa, desempenhando o sujeito, em qualquer um dos casos, o papel temático de agente. A conjugação de *ter de* com verbos inacusativos ativa uma leitura deôntica autoritária, cabendo ao sujeito uma função semântica não agentiva. No caso dos verbos transitivos, a leitura poderá ser ora deôntica, ora disposicional (*ter de comer – ser obrigado a/dispor de algo para*).

Partindo desta formulação mais genérica, procurámos adicionar alguns critérios semântico-pragmáticos úteis para tornar a leitura mais precisa: o controlo da situação pelo sujeito, o estatuto dos interlocutores e a

intensidade dos atos ilocutórios.

Nas construções inergativas e inacusativas, encontrámos as nuances a que alude Óscar Lopes (2005), com diferentes graus de força deôntica, como se constata quando se comparam os enunciados (22)-(25):

- (22) Tens de andar rápido.
- (23) Tens de brincar com os teus amigos.
- (24) Tens de acordar cedo.
- (25) ? Tens de te magoar.

Em (23), a leitura deôntica forte parece mais facilmente ativada do que em (22), porque o alvo deôntico poderá controlar melhor a segunda situação do que a primeira, sendo ambos os enunciados inergativos. Pela mesma razão, em enunciados inacusativos como (25) a leitura deôntica é bloqueada, mas tal não sucede em (24), dependendo do estatuto dos interlocutores a maior ou menor intensidade do ato injuntivo.

Note-se que adicionar informação contextual poderá favorecer a releitura dos enunciados. A dúvida quanto à aceitabilidade que impende sobre (25) será atenuada se acrescentarmos *para te decidires a ir ao médico*. Em (24), juntar *para veres o filme* ou *para não chegares novamente atrasado ao emprego* cria cenários modais diferentes, mais próximo o primeiro da modalidade externa ao participante e da modalidade deôntica o segundo, pela imposição laboral do cumprimento de horários.

Também o subtipo de verbo pode ser relevante nas leituras mais proeminentes de *ter de*. Os verbos inacusativos de mudança de estado por causa interna (Duarte 2003; Brito 2005), como *empalidecer*, não admitem a interpretação deôntica, favorecendo as modalidades interna ou externa ao participante. Nos verbos de alternância, como *derreter*, a construção inacusativa (*O gelo tem de derreter*) parece ativar, em primeira instância, a leitura externa ao participante, enquanto a estrutura transitiva admite uma leitura deôntica, dependente do grau de controlo pelo alvo deôntico (*A cozinheira tem de derreter o chocolate*).

Assim, será possível estabelecer uma correspondência entre subtipos sintáticos de verbos e a sua leitura modal preferencial, registada nas Tabelas 5 e 6.

No que diz respeito aos verbos inacusativos, a possibilidade de controlo pelo sujeito é decisiva (cf. Tabela 5) para se assumir ou não como preferencial a interpretação deôntica.

- (26) O bebé tem de nascer nas próximas horas.
- (27) O José tem de sair da casa que vendeu até final do mês.
- (28) Com este tempo quente, o chocolate tem mesmo de derreter.
- (29) A cozinheira tem de derreter o chocolate porque o *chef* assim o impôs.

Em (26) e (28), o sujeito não controla a situação, pelo que são as circunstâncias externas que terminam a necessidade de algo ocorrer. Em (27) e (29), a leitura deôntica prevalece, instigada, igualmente, pela informação contextual, que contempla, por exemplo, a imposição contratual em (27) e o estatuto dos interlocutores em (29). Este último critério é, na verdade, muitas vezes decisivo para determinar a maior ou menor intensidade modal.

Nos subtipos *aparecimento*, *movimento* e *mudança de estado por causa externa*, a leitura proeminente será a de modalidade externa ao participante quando não existe controlo da situação pelo sujeito, como em (26) e (28). Finalmente, nos verbos de *mudança de estado por causa interna*, a modalidade interna ao participante será prevalecente face a outras possibilidades, considerando a inexistência de controlo pelo sujeito nestes casos.

TABELA 5 – Leitura modal preferencial dos subtipos de verbos inacusativos

Subtipos	Controlo pelo sujeito	Leitura modal preferencial	exemplo
Aparecimento (A) e movimento (M)	sem controlo	MEP	<i>nascer cair</i>
	com controlo	Deôntica (forte ou fraca – intenção/ estatuto do locutor)	<i>aparecer sair</i>

mudança de estado (causa externa) (ME)	sem controlo – construção inacusativa	MEP	<i>derreter</i>
	com ou sem controlo – construção transitiva	Deôntica (forte ou fraca em função da intenção / do estatuto do locutor)	<i>derreter</i>
mudança de estado (causa interna) (MI)	sem controlo	MIP (MEP)	<i>corar</i>

MEP – Modalidade externa ao participante; MIP – Modalidade interna ao participante

Quanto aos verbos inergativos (Tabela 6), a distinção baseia-se, igualmente, na possibilidade de controlo pelo sujeito, quer em verbos *atélicos*, como *passar*, quer em verbos *potencialmente télicos*, como *trabalhar*. Nestes casos, a leitura deôntica pode assumir-se como prioritária, em enunciados como (30) e (31):

(30) Tens de passear apenas nesta zona da cidade.

(31) Tens de trabalhar este fim de semana para compensar as faltas anteriores.

No caso de não existir possibilidade de controlo pelo sujeito, as leituras preferenciais encaminham-se para as modalidades interna e externa ao participante.

(32) Tenho de respirar mais calmamente para recuperar o fôlego.

(33) Tenho de correr mais rápido para apanhar o autocarro.

Tanto em (32) como em (33), são as circunstâncias internas (*recuperar o fôlego*) ou externas (*apanhar o autocarro*) que criam a necessidade expressa na combinação de *ter de* com verbos inergativos.

TABELA 6 – Leitura modal preferencial dos subtipos de verbos inergativos

Subtipos	Controlo pelo sujeito	Leitura modal preferencial	exemplo
Potencialmente télicos (processos culmináveis) (PT)	sem controlo	MEP/MIP	<i>correr</i> <i>chorar</i>
	com controlo	Deôntica (forte ou fraca – intenção/estatuto do locutor)	<i>caminhar</i> <i>trabalhar</i>
Atélicos (processos) (At)	sem controlo	MEP/MIP	<i>respirar</i>
	com controlo	Deôntica (forte ou fraca – intenção/estatuto do locutor)	<i>passear</i>

MEP – Modalidade externa ao participante; MIP – Modalidade interna ao participante

Esta abordagem exploratória da combinação entre *ter de* e diferentes tipos sintáticos de verbos constitui mais um argumento a favor da ideia, que neste texto pretendemos explorar, de que é da combinação entre informações aspetuais, tempos verbais, dimensão agentiva dos predicados e controlo pelo sujeito que resulta um espectro bastante variado de leituras do semiauxiliar modal *ter de*. Aliás, tal é verdadeiro também, por exemplo, na definição de telecidade dos verbos inergativos, como acima vimos, o que pode, consequentemente, condicionar também as leituras modais que temos estado a apresentar.

2.3. A combinação de *ter de* com inergativos e inacusativos no corpus CETEMPúblico

De forma a avaliar o funcionamento linguístico de *ter de* combinado com verbos inergativos e inacusativos, procedemos à constituição de uma amostra de 200 ocorrências de *ter de/que* provenientes do corpus CETEMPúblico. Dessas, selecionámos aquelas em que estão presentes os dois tipos sintáticos de verbos em análise, considerando o tipo de sequências textuais em que figuram, o subtipo sintático que exprimem e a classe aspetual dos predicados. Posteriormente, procurámos identificar qual a leitura modal preferencial em cada enunciado. Em várias situações, as dúvidas subsistem,

precisamente pelo maior ou menor grau de prototipicidade dos inacusativos e dos inergativos em causa.

2.3.1. Verbos inacusativos

Começamos pelos verbos inacusativos encontrados no *corpus*. Apenas identificámos dois dos subtipos atrás enunciados: verbos de movimento e verbos de mudança de estado por causa externa. Entre os verbos de movimento, contam-se *retirar(-se)*, *deslocar-se* e *ir*, presentes nos enunciados (34) a (38):

- (34) A progressão das forças russas em Grozni está a ser lenta mas inelutável, e enquanto decorriam ontem combates na parte leste da cidade, até ao momento ainda nas mãos dos tchetchenos, estes sabem que antemão que vão **ter de retirar** para prosseguir a luta. (CETEMPúblico, par=ext881853-pol-95a-3)
- (35) Vai chegar o dia em que vou **ter de me retirar** do futebol de competição. (CETEMPúblico, par=ext666992-des-91a-1)
- (36) Por seu lado, Cláudia Sofia, de 16 anos, estudante do 11º ano, está contra o facto de **ter que se deslocar** a Guimarães – município a que pertence Vizela – para... divertir-se. (CETEMPúblico, par=ext950101-soc-95b-2)
- (37) Sim, vejam lá, no dia em que ele deveria ter entregue as apostas não é que se dá o caso de **ter que ir** a um funeral e... Smith, de 75 anos, declarou à imprensa (...) (CETEMPúblico, par=ext936691-soc-94a-3)
- (38) O artigo explica como ao «homem de negócios» pretendente ao domínio da instituição o Governo tinha «alisado o caminho» para poder comprar a metade das ações «sem **ter de ir** à Bolsa». (CETEMPúblico, par=ext362775-nd-95a-2)

Em (34) e (35), estamos perante uma culminação, tendo valor semelhante, no contexto, a presença ou ausência da forma pronominal. No primeiro caso, a leitura modal aponta para a modalidade externa ao participante, pelas circunstâncias externas que determinam a retirada, enquanto, em (35), serão as condições físicas do jogador que forcem o afastamento, o que configura uma situação de modalidade interna ao participante. Na classificação do

subtipo sintático em (35) hesitámos, na medida em que, ao contrário do que sucede em (34), aqui não se verifica um efetivo movimento deliberado, mas um afastamento que configura, preferencialmente, uma mudança de estado (*ativo no futebol > retirado do futebol*).

O verbo *deslocar-se*, presente em (36), constitui um movimento semanticamente assumido como uma culminação, que tem como estado resultante a presença em Guimarães e admite uma localização temporal exata (por exemplo, *às 13 horas*). Cremos que esta leitura prevalece sobre a de processo culminado, porquanto afirmar que se deslocou *durante x tempo*, não sendo impossível, configura uma situação atélica que não corresponde ao exposto no enunciado em análise. São as circunstâncias externas ao sujeito que determinam a sua deslocação àquela cidade, razão pela qual vemos aqui um caso de modalidade externa ao participante. O mesmo raciocínio modal e a mesma classe aspetual são válidos para as duas ocorrências de *ir*, em (37) e em (38), embora seja admissível, em (37), uma interpretação deôntica, evocando uma eventual obrigação moral de o sujeito estar presente no funeral.

Entre os verbos inacusativos de mudança de estado por causa externa, assinalamos, embora com diferentes níveis de prototipicidade, *voltar*, *voltar atrás*, *recuar* e *sofrer*, ilustrados nos exemplos (39) a (42):

- (39) Espera, secretamente, não **ter de voltar** a elas durante o ano que está prestes a começar. (CETEMPúblico, par=ext819612-opi-97b-3)
- (40) Agora continua a ser um membro da geração dos quatro «P» – pós-pílula, pré-praga – e verifica, com uma clareza não isenta de consternação, que não gostaria de ter novamente vinte anos, e que não lhe apetecia nada **ter de voltar atrás**. (CETEMPúblico, par=ext357751-nd-91b-2)
- (41) «Há professores que vão **ter de recuar** na carreira», afirma Teodolinda Boucinha, dirigente da Fenprof, que ontem reuniu o seu secretariado nacional para debater estas questões. (CETEMPúblico, par=ext338367-soc-94a-2)
- (42) Queixava-se também do que iria **ter que sofrer** durante as primeiras semanas de aulas devido à praxe ao caloiro. (CETEMPúblico, par=ext1527241-opi-97b-2)

Considerámos, para os três primeiros casos, estarmos perante verbos de mudança de estado e não de movimento porque não está verdadeiramente em causa uma deslocação física, mas uma alteração da situação do sujeito. Por outro lado, *voltar atrás* e *recuar* funcionam com significados equivalentes. Em (39)-(41) verificamos três exemplos de culminações, que desencadeiam a leitura de modalidade externa ao participante, como, aliás, o subtipo sintático dos verbos em causa faria supor, por evidenciar uma mudança de estado por causa externa.

Relativamente a (42), trata-se de um processo, delimitado temporalmente no próprio enunciado através da expressão *durante as primeiras semanas*, em que o sujeito surge como experienciador, por força de circunstâncias que lhe são externas (modalidade externa ao participante), não se perspetivando, pela informação disponível, o final da situação (evento atético). Apesar de não cumprir todos os testes para ser admitido entre verbos inacusativos (não admitindo, por exemplo, uma oração de participípio absoluto), considerámos que o papel temático atribuído por *sofrer* ao sujeito permite enquadrá-lo neste tipo sintático de verbos. Aliás, é comum ouvir-se, em contextos informais, dizer-se de alguém que é *uma pessoa sofrida*, funcionando este adjetivo derivado do participípio passado como modificador do nome.

Finalmente, apontamos alguns exemplos de verbos inacusativos que admitem uma estrutura de alternância causativa, tal como visto acima com *derreter*: *modificar-se*, *encerrar*, *afastar-se*, *assentar* e *deitar-se*. Considerem-se os enunciados (43) a (47):

- (43) A publicidade vai **ter que se modificar**. (CETEMPúblico, par=ext1266777-clt-soc-94a-2)
- (44) Segundo Gerhard Kemp, conhecido analista sul-africano da indústria mineira, nos próximos seis meses algumas minas vão **ter que encerrar**, enquanto outras vão ter de passar por muitas dificuldades para ultrapassar a crise. (CETEMPúblico, par=ext49643-nd-98a-3)
- (45) Quer isto dizer, na prática, que muitos outros juízes que ocuparam ou ocupam cargos em associações desportivas poderão **ter de se afastar** definitivamente de tais cargos ou abandonar a magistratura. (CETEMPúblico, par=ext592527-nd-96b-1)
- (46) A edificação vai **ter que assentar** sobre estacaria sobre-elevada, deixam

de existir estruturas localizadas na base da arriba ou na faixa de varrimento sazonal. (CETEMPúblico, par=ext106355-soc-97b-1)

- (47) Malik, então com 23 anos, recorda-se de **ter que se deitar** por cima de vidros das janelas da carruagem, à medida que o seu comboio era alvo de fogo esporádico no seu caminho para Lahore. (CETEMPúblico, par=ext1405926-pol-97b-1)

Em (43) e (44), *modificar-se* e *encerrar* configuram uma mudança de estado por causa externa, estando, conseqüentemente, presente a modalidade externa ao participante. Enquanto *encerrar* constitui uma culminação, *modificar* parece apontar mais para um processo (por exemplo, *durante dois meses*) com culminação possível, razão pela qual estes verbos se enquadram completamente nos critérios de delimitação dos inacusativos. Nos exemplos (46) e (47), *assentar* e *deitar-se* funcionam como verbos de movimento e correspondem a culminações e a uma leitura modal externa ao participante, ficando expressas as circunstâncias em que determinadas necessidades emergem.

O enunciado (45) constitui um caso particular a vários níveis. Em primeiro lugar, encontramos uma ocorrência de sobremodalização, estando a estrutura modal *ter de se afastar* sob o escopo da forma verbal epistémica *poderão*. Além disso, as circunstâncias expressas que determinam o afastamento são de natureza legal, razão pela qual encaramos aqui a presença de uma obrigação forte (modalidade deôntica), que enquadra uma culminação expressa através de um verbo inacusativo de movimento, constituindo caso único inequívoco de modalidade deôntica no conjunto dos verbos até agora analisados.

Em suma, na generalidade dos casos, os verbos inacusativos combinam com classes aspetuais que preveem uma culminação e, perante o semiauxiliar modal *ter de*, ativam leituras que focam necessidades determinadas por circunstâncias externas ou internas ao participante, embora tenhamos encontrado um exemplo de um enunciado deôntico. A integração de *sofrer* neste conjunto de exemplos não é pacífica, precisamente pela ausência de telecidade, característica esperada nas culminações.

2.3.2. Verbos inergativos

São menos frequentes e diversos os exemplos de verbos inergativos presentes no *corpus* CETEMPúblico que analisámos, apesar de termos atestações referentes aos dois subtipos acima identificados. Entre os inergativos atélicos, contam-se *aplicar-se*, *gritar* e *lutar*, conforme se verifica em (48) a (50):

- (48) A equipa «encarnada» percebeu que vai **ter de se aplicar** bastante se quiser passar a eliminatória sem recorrer o terceiro jogo. (CETEMPúblico, par = ext513365-des-97a-2)
- (49) Quero espiolhar cada recanto deste navio; descobrir os segredos de quem assim trabalha, entender como é que aquele tipo impõe a autoridade sem **ter que gritar** nem dar castigos. (CETEMPúblico, par = ext298580-nd-91b-1)
- (50) «Sabe-se que os croatas têm interesses territoriais muito diferentes dos muçulmanos, e o Governo bósnio vai **ter que lutar** para conciliar essas diferenças. (CETEMPúblico, par = ext138547-pol-95b-1)

Nos três casos, a classe aspetual dos predicados em causa é a dos processos, que, por definição, não são atélicos, enquanto o sujeito corresponderá sempre ao papel temático de agente, fatores que estão alinhados com os critérios necessários à definição de verbos inergativos atélicos. A utilização de formas do verbo *ter de* ativa uma leitura de modalidade externa ao participante, por haver circunstâncias externas a condicionarem a necessidade expressa no enunciado.

Nos verbos inergativos potencialmente atélicos, considerámos *trabalhar* e *negociar* e vamos analisá-los separadamente. O enunciado (51) ilustra a ocorrência de *negociar*:

- (51) O PS porá em cima da mesa a sua proposta de lei, mas vai **ter que negociar**. (CETEMPúblico, par = ext196101-pol-95b-2)

Enquadramos este verbo no grupo dos potencialmente atélicos porque, com mais informação contextual, é possível admitir a construção transitiva *negociar algo*, bem como um estado consequente. Em (51), temos, então,

um processo culminável, embora a culminação não esteja expressa, sendo admissível a leitura modal externa ao participante.

Relativamente ao verbo *trabalhar*, apresentamos, em primeiro lugar, as três ocorrências que serão objeto de análise:

- (52) Vítor Oliveira, que hoje assina um compromisso por ano e meio com a direção da Académica, vai **ter que trabalhar muito esse sector**, o mais fraco desta equipa, que sabe jogar a bola e tem alguns jogadores muito dotados do ponto de vista técnico. (CETEMPúblico, par=ext31522-des-96a-2)
- (53) «Vamos **ter de trabalhar** com enorme espírito de sacrifício e estou convencido de que vai ser um bom jogo, no qual o Rio Ave vai tentar a sua sorte. (CETEMPúblico, par=ext1019483-des-96b-1)
- (54) É o tu levatares-te de manhã e dizeres: ` (...), vou **ter de trabalhar** hoje o dia todo. (CETEMPúblico, par=ext1236595-nd-91b-1)

Apesar de, tipicamente, *trabalhar* configurar um processo, é possível ganhar culminação numa estrutura transitiva como a que registámos em (52), razão pela qual a apresentamos aqui, apesar de não se tratar de um uso inergativo. Deste modo, *trabalhar* deixa em aberto, antes de cada instanciação, o seu estatuto télico, preenchido numa estrutura transitiva como (52), mas não em (53) e em (54). Nestes dois últimos exemplos, temos processos sem culminação expressa ou sugerida, o que não impede, pelas razões aduzidas, que se considere o verbo em causa potencialmente télico. Em (53), a modalidade externa ao participante assume-se com a leitura modal preferencial. Em (54), falta alguma informação para perceber se as circunstâncias que determinam a necessidade de trabalhar são externas ou internas ao participante.

Deste modo, no que aos verbos inergativos diz respeito, verificamos, na amostra avaliada, que os atélicos estão presentes em predicados que configuram processos e ativam a leitura de modalidade externa ao participante, enquanto os potencialmente atélicos se articulam com processos culmináveis e podem assumir uma leitura modal semelhante.

3. Considerações finais

Apesar das suas afinidades com *dever*, o modal *ter de* evidencia propriedades específicas, a primeira das quais corresponde ao facto de operar uma restrição máxima de mundos possíveis. Além disso, e permitindo diferentes leituras modais que vão para além da prototípica interpretação deôntica de obrigação forte, pressupõe a adoção de critérios linguísticos que tornem mais precisas essas leituras, entre os quais se contam a possibilidade de controlo da situação pelo sujeito, a classe aspetual do verbo, a atenuação e a natureza (impositiva ou não) dos atos discursivos e a intencionalidade e o estatuto dos interlocutores.

Alguns destes fatores são igualmente relevantes para a análise da combinação entre *ter de* e diferentes tipos sintáticos de verbos, em particular as construções inergativas e os enunciados inacusativos. Também o subtipo de verbo pode ser relevante nas leituras mais proeminentes de *ter de*. Os verbos inacusativos de mudança de estado por causa interna, como *empalidecer*, não admitem a interpretação deôntica, favorecendo as modalidades interna ou externa ao participante. Nos verbos de alternância, a construção inacusativa parece ativar, em primeira instância, a leitura externa ao participante, enquanto a estrutura transitiva admite uma leitura deôntica, dependente do grau de controlo pelo alvo deôntico. A combinação de diferentes fatores torna, por vezes, difícil o enquadramento de certos verbos, como atrás constatámos. Além dos exemplos já analisados, veja-se como *recuar* pode funcionar como verbo inacusativo (cf. exemplo (41) do corpus CETEMPúblico), uma vez que *recuar* na carreira não depende do sujeito e ocorre sem a sua intervenção, sendo por isso o sujeito paciente, mas também como inergativo, em ocorrências que evidenciem uma situação agentiva e controlável pelo sujeito (*Ele recuou rapidamente para evitar o precipício*).

Aliás, como se constata pela comparação entre as informações apresentadas em 2.2. e em 2.3., apesar de a informação teórica disponível apontar a obrigação forte como leitura prototípica de *ter de*, quase não encontramos, no corpus CETEMPúblico analisado, exemplos desta natureza, antes de modalidade externa ao participante. Não encaramos tal constatação como uma contradição, mas como sinal da diversidade de interpretações

modais que este semiauxiliar proporciona.

Apesar de algumas conclusões que esboçámos ao longo da secção 2, e na sequência do que acabámos de afirmar no parágrafo anterior, temos a consciência de que este estudo está ainda numa fase embrionária, faltando, entre outras possíveis tarefas, alargar o *corpus* considerado e organizar as ocorrências de acordo com as sequências textuais e os atos discursivos; considerar o verbo *ter de* em formas conjugadas em diferentes pessoas e tempos gramaticais, para avaliar eventuais efeitos; e analisar enunciados epistémicos com *ter de*, ainda em falta, o que, uma vez mais, envolverá diferentes tipos de texto e géneros discursivos.

REFERÊNCIAS

- Barros, E. C. M. & Paiva, M. C. 2014. Construções 'ter que + infinitivo': modalidade e propriedades gramaticais do verbo 'ter'. *Estudos Linguísticos*, n. 43. v. 1: 91-102.
- Brito, A. M. 2005. Nomes derivados de verbos inacusativos: estrutura argumental e valor aspectual. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, II Série, vol. XXII: 47-64.
- Campos, M. H. C. 1998. *Dever e poder. Um subsistema modal do Português*. Lisboa: FCG e JNICT.
- Carreira, M. H. 2001. *Semântica e Discurso. Estudos de Linguística Portuguesa e Comparativa (Português/Francês)*. Porto: Porto Editora.
- Ciríaco, L. & Cançado, M. 2004. Inacusatividade e inergatividade no PB. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, 46 (2): 207-225, julho/dez.
- Costa, J. A. 2016. *As pontes entre Didática e Linguística: o possível e o necessário. Contributos da Linguística sincrónica e diacrónica para o ensino implícito da modalidade e dos verbos modais no 1.º CEB*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto [Tese de Doutoramento não publicada].
- Duarte, I. 2003. A família das construções inacusativas. In M. H. M. Mateus et al. (orgs.). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 507-548
- Duarte, I. M. 2006. De la suggestion à l'injonction en portugais: le point de vue du discours rapporté. *Travaux et Documents. Venez, venez! De la suggestion à l'injonction dans les langues romanes*, 32. Vincennes – Saint-Denis: Université Paris 8, 155-176.
- Gonçalves, A. 2002. Verbos auxiliares e verbos de reestruturação do Português Europeu. In I. M. Duarte et al. (orgs.). *Actas do Encontro comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Gonçalves, A. & Raposo, E. B. P. 2013. Verbos inacusativos e verbos inergativos. In: E. B. P. Raposo et al. (orgs.). *Gramática do Português Vol. 2*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1199-1205.
- Johnen, T. 2010. A semântica dos verbos modais e suas funções discursivas numa perspectiva de pragmática funcional. In M. J. Marçalo et al. (eds.). *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Universidade de Évora. ISBN: 978-972-99292-4-3.
- Kratzer, A. 1981. The notional category of modality. In: H. J. Eikmeyer & H. Rieser (eds.).

- Words, worlds, and contexts: New approaches in word semantics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 38–74.
- Kratzer, A. 2012. *Modals and conditionals*. Oxford: Oxford University Press.
- Lakoff, R. 1972. Language in context. *Language*, 48 (4), 907-927.
- Leal, A. & Oliveira, F. 2008. Subtipos de verbos de movimento e classes aspetuais. *Textos Seleccionados. XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 287-298.
- Levin, B. & Rappaport Hovav, M. 1995. *Unaccusativity. At the Syntax-Lexical Semantics Interface*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Lopes, Ó. 2005 [1983]. Algumas peculiaridades semânticas do Português. In Oliveira, F. & Brito, A. M. (coord.). *Entre a palavra e o discurso. Estudos de Linguística 1977-1993*. Porto: Campo das Letras, 15-40.
- Neves, M. H. 2000. A polissemia dos verbos modais. Ou: falando de ambiguidades. *Alfa. Revista de Linguística*, 44: 115-145.
- Oliveira, F. 1988. *Para uma Semântica e Pragmática de dever e poder*. Universidade do Porto. Dissertação de Doutoramento.
- Oliveira, F. & Mendes, A. 2013. Modalidade. In E. B. P. Raposo et al. (orgs.). *Gramática do Português* Vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 623-669.
- Perlmutter, D. M. 1978. Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis. *Proceedings of the Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*, 38: 157-189.
- Resende, M. 2021. A morfologia dos modais: notas sobre a caracterização morfológica de dever, poder e ter que/de. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, v. 52, n.º 1: 236-256, jan-maio 2021.
- van der Auwera, J. & Plungian, V. 1998. Modality's semantic map. *Linguistic Typology*, 2: 79-124.